

## Crises de hegemonia mundial e a aceleração da história social



Por **BEVERLY J. SILVER\*** e **COREY R. PAYNE\***

*Devido aos limites ecológicos do capitalismo e à mudança no equilíbrio de poder entre o Norte e o Sul globais, as soluções reformistas que (temporariamente) funcionaram no passado não são mais suficientes.*

### **Um novo período de caos sistêmico global?**

A escalada das tensões geopolíticas e as divisões internas profundas dentro dos Estados Unidos que culminaram na eleição de Donald Trump estão entre os indicadores de que estamos vivendo a crise terminal da hegemonia mundial dos Estados Unidos – uma crise que começou com o estouro da bolha da Bolsa de Valores da Nova Economia em 2000-2001 e que se aprofundou com a reação contínua ao fracasso do Projeto para um Novo Século Americano da administração Bush e à invasão do Iraque em 2003.

Enquanto nos anos 1990, os Estados Unidos eram vistos quase universalmente como a única e inabalável superpotência mundial, na época do colapso financeiro de 2008, a noção de que a hegemonia dos Estados Unidos estava numa crise profunda e potencialmente terminal deixou de ser marginal para se tornar dominante. Desde 2016, a visão de que estamos no meio de uma ruptura irremediável da hegemonia dos Estados Unidos ganhou uma adesão ainda maior, dada as consequências intencionais e não intencionais do movimento de Trump “*Make America Great Again*”.

O momento atual é agora amplamente percebido tanto como uma crise de hegemonia dos Estados Unidos quanto como uma profunda crise do capitalismo global numa escala não vista desde os anos 1930. Quando os historiadores futuramente olharem para 2019-2020, dois grandes sinais de profunda crise sistêmica vão se destacar. Primeiro, a onda mundial de protestos sociais que varreu o globo após o colapso financeiro de 2008, atingindo um primeiro pico por volta de 2011, e depois escalando para um crescente em 2019. Segundo, o fracasso dos estados ocidentais em responder de maneira competente à pandemia global da covid-19, minando a credibilidade do Ocidente (e especialmente a dos Estados Unidos) aos olhos tanto de seus próprios cidadãos quanto dos cidadãos do mundo.

No final de 2019 – antes que a escala da crise da covid-19 fosse aparente – parecia que a onda global crescente de protestos sociais se tornaria a história da década, dado o “*tsunami*” de protestos que varreu seis continentes e engoliu tanto democracias liberais quanto autocracias implacáveis” (WRIGHT, 2019). À medida que agitações sociais inundaram cidades desde Paris e La Paz a Hong Kong e Santiago, declarações de “um ano global de protestos” ou “o ano do manifestante de rua” encheram as páginas dos jornais do mundo inteiro (por exemplo, DIEHL, 2019; JOHNSON, 2019; RACHMAN, 2019; WALSH e FISHER, 2019).

Ondas de protestos em massa vieram por definir toda a década. Já em 2011, a revista *Time* havia eleito “O Manifestante” a “Pessoa do Ano” (ANDERSEN, 2011), tendo em vista que a agitação popular se espalhava pelo mundo, desde o *Occupy*

*Wall Street* e movimentos antiausteridade na Europa até a primavera árabe e as ondas de greves de trabalhadores na China. Duas décadas adentro do século XXI, tornou-se claro que o descontentamento popular com a atual configuração social é amplo e profundo.

Essa explosão de protestos sociais no mundo inteiro é um sinal claro de que os fundamentos sociais da ordem global estão desmoronando. Se conceituamos hegemonia como “ordem legitimada pelo poder dominante” (seguindo a introdução deste volume), então a amplitude e a profundidade do protesto social é um sinal claro de que a legitimidade do(s) poder(es) dominante(s) foi gravemente abalada. Esses processos análogos – protestos globais e pandemia global – revelaram uma impressionante incapacidade dos grupos dirigentes do mundo de antever, e menos ainda de implementar, mudanças que poderiam atender adequadamente às queixas vindas das camadas inferiores ou satisfazer as crescentes demandas por segurança e proteção.

A grande onda global de protestos sociais e a incapacidade do poder hegemônico em declínio de satisfazer as demandas vindas dos debaixo são sinais claros de que estamos em meio a um período de colapso hegemônico mundial. De fato, como argumentado em outro lugar (SILVER; SLATER, 1999), os períodos passados de colapso hegemônico mundial – quer dizer, a transição do final do século XVIII/início do século XIX da hegemonia holandesa para a britânica e a transição do início do século XX da hegemonia britânica para a americana – também foram caracterizados tanto por protestos em massa das camadas inferiores na forma de greves, revoltas, rebeliões e revoluções, quanto por um fracasso de liderança por parte do poder hegemônico em declínio.

Uma nova hegemonia mundial – se surgir – exigiria duas condições. Primeiro, exigiria que um novo bloco de poder “se colocasse, coletivamente, à altura da tarefa de fornecer soluções sistêmicas para os problemas sistêmicos deixados pela hegemonia norte-americana”. Segundo, se uma nova hegemonia mundial for emergir de maneira não catastrófica, isso exigiria que “os principais centros da civilização ocidental [especialmente os Estados Unidos] consigam adaptar-se a uma situação menos destacada”, à medida em que o equilíbrio de poder em escala mundial se afasta dos Estados Unidos e do Ocidente (ARRIGHI; SILVER, 1999, p. 286).

Vista a partir de 2020, parece que a segunda condição – o ajustamento gracioso por parte dos Estados Unidos (especificamente) e das potências ocidentais (em geral) a uma distribuição mais igualitária de poder entre os Estados – falhou de maneira espetacular em se concretizar. Se a segunda condição depende principalmente do comportamento do poder hegemônico em declínio, a primeira condição – o desenvolvimento de soluções sistêmicas para problemas sistêmicos – depende da capacidade de um novo bloco de poder atender às demandas que surgem nas camadas inferiores.

No passado, um novo poder hegemônico só poderia afastar o sistema do caos se reorganizasse fundamentalmente o sistema mundial em modos ou estilos pelos quais, pelo menos, atendessem parcialmente às demandas de subsistência e proteção que emanavam dos movimentos de massa. Colocando de forma diferente, eles poderiam se tornar hegemônicos apenas por meio do fornecimento de soluções reformistas para os desafios revolucionários vindos das camadas inferiores. Nesse sentido, a hegemonia mundial exige capacidade (e visão) para fornecer soluções sistêmicas.

## **Hegemonia e análise dos sistemas-mundo**

Este artigo aborda a “hegemonia” em termos de sistemas-mundo, pois nos concentramos na interrelação entre capitalismo histórico e hegemonias mundiais sucessivas. Além disso, argumentamos que as hegemonias mundiais não podem ser compreendidas sem examinar seus fundamentos sociais e políticos em evolução. Como tal, nosso trabalho faz parte de uma tradição dentro da escola de sistemas-mundo que se desenvolve a partir da conceitualização de hegemonia por Antonio Gramsci.

Uma série do que poderia ser chamado de não debates (ou discursos com propósitos cruzados) surgiu na literatura sobre hegemonia como resultado das formas divergentes com que o termo é entendido. Definições distintas existem mesmo no interior das escolas de pensamento, inclusive no interior da perspectiva de sistemas-mundo. Assim, Immanuel Wallerstein (1984, p. 38-39) definiu hegemonia como sinônimo de dominação ou supremacia – isto é, como uma “situação em que a rivalidade contínua entre as chamadas ‘grandes potências’ é tão desequilibrada que uma potência é verdadeiramente *primus inter pares*; isto é, uma potência pode em grande parte impor suas regras e suas vontades nas arenas econômicas, políticas, militares, diplomáticas, e até mesmo culturais”. A supremacia econômica forneceu a base material para uma série de Estados hegemônicos – as Províncias Unidas no século XVII, o Reino Unido no século XIX, os Estados Unidos no

século XX – “impor suas regras e vontades” em todas as esferas.

Em vez disso, partimos do trabalho de Giovanni Arrighi (1982 e 2010 [1994], p. 289) – expoente de outra grande vertente teórica dentro da literatura de sistemas-mundo – que define hegemonia mundial como “liderança ou governo sobre um sistema de nações soberanas”. Baseando-se nos escritos de Gramsci, Arrighi conceitualiza a hegemonia mundial como algo “maior e diferente da ‘dominação’ pura e simples”. Ela reflete mais “o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da ‘liderança intelectual e moral’”. Enquanto a dominação se assenta principalmente na coerção, a hegemonia é “o poder adicional que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano ‘universal’ todas as questões que geram conflitos”.

A ordem hegemônica, na prática, combina dois elementos: consentimento (liderança) e coerção (dominação). Entretanto, os alvos do consentimento e da coerção são diferentes. Como afirmou Gramsci: “a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como “dominação” e como “liderança intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos antagônicos, que ele tende a “liquidar” ou subjugar, talvez até pela força das armas, e lidera grupos afins ou aliados” (1971, p. 57).

Em situações de hegemonia mundial estável, o princípio de consentimento é forte – seu alcance é relativamente amplo (geograficamente) e profundo (socialmente). Protestos sociais são relativamente raros e tendem a ser de natureza normativa (por exemplo, greves legais dentro dos limites dos acordos coletivos institucionalizados). Em situações de crise ou de ruptura hegemônica mundial (como no período atual), o equilíbrio geral entre consentimento e coerção pende cada vez mais para este último. Os protestos sociais tendem a escalar e assumir formas cada vez mais não normativas, enquanto a resposta das camadas superiores assume formas cada vez mais coercivas (SILVER; SLATER, 1999; SILVER, 2003, p. 124-167).

Períodos de hegemonia mundial estável são caracterizados por uma situação em que o poder dominante reivindica com credibilidade estar conduzindo o sistema mundial numa direção que não só serve aos interesses do grupo dominante, mas também é percebida como servindo a um interesse mais geral, promovendo assim o consentimento (ARRIGHI; SILVER, 1999, p. 26-28). Como afirmou Gramsci, com referência à hegemonia em nível nacional: “É verdade que o [hegemon] é visto como o instrumento de um grupo particular, destinado a criar condições favoráveis para a máxima expansão deste. Mas o desenvolvimento e a expansão do grupo específico são concebidos e apresentados como sendo a força motriz de uma expansão universal... (1971, p. 181-2).

Certamente, a alegação do poder dominante de representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta. Mesmo em situações de hegemonia estável, os excluídos do bloco hegemônico – os “grupos antagônicos” de Gramsci – são predominantemente governados pela força. No entanto, em períodos de ruptura hegemônica, como o atual, as reivindicações do poder dominante de que age em prol do interesse geral parecem cada vez mais vazias e autointeressadas, mesmo aos olhos dos “grupos afins ou aliados”. Tais reivindicações perdem sua credibilidade e/ou são abandonadas inteiramente desde cima.

Não obstante, em situações de hegemonia mundial, a reivindicação do poder dominante de representar o interesse geral deve ter um significativo grau de credibilidade aos olhos dos grupos aliados. Assim, por exemplo, no período de auge global do keynesianismo e do desenvolvimentismo, os Estados Unidos puderam alegar com credibilidade que uma expansão do poder mundial dos Estados Unidos era de interesse mais geral (se não universal), ao estabelecer arranjos institucionais globais que promoviam o emprego e o bem-estar (de forma imediata no caso do Primeiro Mundo; e como o fruto prometido do “desenvolvimento” no caso do Terceiro Mundo); atendendo, assim, às demandas trazidas pelas mobilizações de massa trabalhistas, socialistas e de libertação nacional do início e meados do século XX.

Arrighi argumenta que a disposição de grupos e Estados subordinados em aceitar um novo *hegemon* (ou mesmo um poder puramente dominante) se torna especialmente generalizada e forte em períodos de “caos sistêmico” – isto é, em “situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização” (ARRIGHI, 2010 [1994], p. 31).

À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de ‘ordem’ – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico (2010 [1994], p. 31).

À medida que o início do século XXI avança, há crescentes evidências de que o mundo entrou em outro “período de caos sistêmico – análogo, mas não idêntico – ao caos sistêmico da primeira metade do século XX” (SILVER; ARRIGHI, 2011, p. 68). Além disso, há evidências crescentes de respostas cada vez mais coercivas vindas das camadas superiores (cf. ROBINSON, 2014). Contudo, tanto por razões teóricas como históricas, há todos os motivos para se esperar que o poder exercido por meios cada vez mais coercitivos só logrará aprofundar o caos sistêmico.

Ao revés, um movimento em direção à hegemonia mundial e longe do caos sistêmico exigiria de um poder hegemônico aspirante a capacidade de: (a) reconhecer as queixas de grupos de classes e *status* além do grupo/estado dominante e; (b) ser capaz de liderar o sistema mundial através de um conjunto de ações transformadoras que (pelo menos em parte) atendam com sucesso a essas queixas. Ações transformadoras que consigam ampliar e aprofundar o consentimento transformam “dominação pura e simples” em hegemonia.

Dito de outro modo, o estabelecimento de uma nova ordem mundial hegemônica tem tanto um lado de “oferta” quanto um lado de “demanda”. O lado da oferta nessa questão se refere à capacidade do suposto poder hegemônico em implantar soluções sistêmicas para problemas sistêmicos. Em outras palavras, a hegemonia não é estritamente uma questão de ideologia; ela tem uma base material. A seção final deste artigo voltará à questão da “oferta”. A próxima seção se concentrará em esclarecer o “lado da demanda” da hegemonia mundial no início do século XXI.

## Protesto social global e a demanda por hegemonia mundial

O conceito de “aceleração da história social” no título deste artigo refere-se ao fato de que as ondas globais de protestos sociais que caracterizam os períodos de transição hegemônica – e os desafios que elas representam para os *hegemons* declinantes e aspirantes – tornaram mais amplas e profundas no decorrer do *longue durée* do capitalismo histórico. Sucessivamente, as contradições sociais de cada hegemonia sucessiva – holandesa, britânica, americana – emergiram de forma mais rápida entre uma hegemonia e a seguinte; assim, os períodos de hegemonia mundial relativamente estáveis tornaram-se cada vez mais curtos. Em suma, podemos observar um padrão evolucionário de crescente complexidade social que uma hegemonia mundial para a outra, já que cada poder hegemônico sucessivo teve que acomodar demandas de uma gama mais ampla e profunda de movimentos sociais (veja ARRIGHI; SILVER, 1999, p. 151-290).

Essa aceleração da história social e a crescente complexidade social podem ser vistas quando comparamos a trajetória da hegemonia mundial dos Estados Unidos com as hegemônias mundiais anteriores. Como aconteceu com as hegemônias mundiais holandesa e britânica, o firme estabelecimento da hegemonia americana não dependeu apenas da preponderância de seus poderes militar e econômico. Dependeu também da capacidade dos hegemons em ascensão de oferecer soluções reformistas para uma série de desafios revolucionários, que se estendem (numa versão crua e abreviada) desde a Revolução Americana até as Revoluções Francesa e Haitiana, no caso da hegemonia britânica, e desde a Revolução Russa à Chinesa, no caso da hegemonia norte-americana.

Mas o pacto social que sustentaria a hegemonia americana após a Segunda Guerra Mundial – o contrato social de consumo em massa para os trabalhadores do Norte global e a descolonização e promessa de desenvolvimento para o Sul global – era mais amplo em alcance geográfico e atingia mais a fundo a estrutura de classes do que os pactos sociais sobre os quais se assentou a hegemonia holandesa ou britânica (ARRIGHI; SILVER, 1999, p. 151-216; 251-270).

De forma relacionada, a hegemonia norte-americana foi também a mais curta, uma vez que as soluções produzidas pelos Estados Unidos aos desafios revolucionários do século XX se mostraram insustentáveis no contexto do capitalismo global. A plena implementação das promessas hegemônicas de consumo em massa para a classe trabalhadora central e de desenvolvimento na forma de *catching-up* para o Terceiro Mundo rapidamente causaria uma compressão nos lucros, devido a seus efeitos redistributivos substanciais (WALLERSTEIN, 1995, p. 25; SILVER, 2019). Em realidade, a crise inicial da hegemonia americana no final dos anos 1960 e 1970 foi, por um lado, uma crise interligada de lucratividade do capital e, por outro, de legitimidade. Uma variedade de movimentos – desde ondas de greve militantes no Primeiro Mundo esforços para estabelecer uma Nova Ordem Econômica Internacional emanados do Terceiro Mundo – exigia, essencialmente, um cumprimento mais rápido e mais completo das promessas implícitas e explícitas da hegemonia dos Estados Unidos.

A expansão financeira e a contrarrevolução neoliberal que começaram nos anos 1980 resolveram temporariamente essas crises interligadas. A financeirização – a retirada maciça de capital do comércio e da produção para a especulação e intermediação financeira – teve um efeito debilitante sobre movimentos sociais no mundo inteiro, mais notadamente por

meio do mecanismo da crise da dívida no Sul global e das demissões em massa no coração do movimento trabalhista no Norte global. O resultado foi uma *belle époque* americana nos anos 1990, uma vez que poder e lucros eram restaurados; entretanto, como no caso das *belles époques* holandesas e britânicas.

O tempo que levou para cada regime sair da crise do regime dominante anterior, tornar-se ele mesmo dominante, e atingir seus limites (sinalizado pelo início de uma nova expansão financeira) foi menos da metade, tanto no caso do regime britânico em relação aos genoveses quanto no caso do regime americano em relação aos holandeses” (ARRIGHI, 2010 [1994], p. 225). Esse ressurgimento de poder e lucratividade acabou sendo, nas palavras de Braudel (1984), um sinal de “outono” em vez de uma nova primavera para essas hegemonias.

A financeirização e o projeto neoliberal marcaram uma mudança da hegemonia em direção à dominação, uma declinação que foi se afastando do consentimento rumo à coerção. Ao mesmo tempo, porém, o processo de *destruição criativa* (para usar o termo de Schumpeter) tem alimentado um retrocesso político entre aqueles que haviam sido incorporados como sócios juniores ao pacto social hegemônico de meados do século XX (e que agora estavam sendo expulsos dele) – mais notadamente os trabalhadores masculinos de produção em massa nos países centrais. Concomitantemente, novos (e cada vez mais militantes) grupos e classes estão sendo “criados” e não podem ser facilmente acomodados na decadente ordem hegemônica – em especial, uma classe trabalhadora em expansão, mas precariamente empregada no Sul global e uma classe trabalhadora imigrante no Norte global.

## **Os fundamentos sociais de uma hegemonia mundial do século XXI**

Temos argumentado que o exercício da hegemonia mundial requer que um poder hegemônico aspirante seja capaz tanto de reconhecer as queixas de grupos de classes e *status* além do grupo/estado dominante, quanto de liderar o sistema mundial por meio de um conjunto de ações transformadoras que (pelo menos em parte) atendam com sucesso essas queixas. Em termos mais gerais, temos argumentado que uma condição prévia para a hegemonia mundial no século XXI é o surgimento de um novo bloco de poder que “se colocaria coletivamente à altura da tarefa de fornecer soluções sistêmicas para os problemas sistêmicos deixados pela hegemonia dos Estados Unidos”.

Examinamos os atores e as queixas na recente onda global de protestos sociais do início do século XXI, de 2011 a 2019, como uma janela para os problemas sistêmicos a que uma hegemonia aspirante precisaria atender para transformar a dominação (coerção) em hegemonia (consentimento), e assim atender às condições do lado da “demanda” necessárias para encerrar a fase de aprofundamento do caos sistêmico na qual agora nos enquadrados. Damos especial atenção aos novos desafios sistêmicos que surgiram no último meio século – desafios que tornariam um simples retorno ao pacto social do pós-guerra liderado pelos Estados Unidos inadequado à tarefa em questão.

Uma primeira diferença fundamental entre as condições sóciopolíticas a serem acomodadas dentro de qualquer hegemonia mundial do século XXI e todas as hegemonias mundiais anteriores é a mudança significativa no equilíbrio de poder entre o Ocidente e “o Resto” (POPOV; DUTKIEWICZ, 2017). Todas as hegemonias anteriores eram ocidentais num duplo sentido. Em primeiro lugar, o Ocidente havia acumulado uma preponderância extraordinária de poder econômico e militar em relação ao resto do mundo. Em segundo, o consentimento (hegemonia) se aplicava às classes e aos grupos aliados dentro dos Estados ocidentais, enquanto que a força (dominação) prevalecia, com poucas exceções, no mundo não ocidental.

De fato, diante dos crescentes movimentos de libertação nacional na primeira metade do século XX, os Estados Unidos lideraram uma transformação do sistema mundial que promoveu a descolonização e normalizou *de jure* a soberania nacional. Não obstante, as principais alavancas do poder econômico e militar permaneceram firmemente controladas pelos Estados Unidos e pelos aliados ocidentais. Com o crescente poder econômico dos não ocidentais no século XXI, especialmente mas não limitado à China, uma ordem mundial estável e dominada pelo Ocidente não é mais possível. A ação coletiva dos países do Sul global, refletida em inovações institucionais como os BRICS e a ALBA, sinaliza ainda mais essa impossibilidade. Uma nova hegemonia mundial (seja ela liderada por um único Estado, uma coalizão de Estados, ou um Estado mundial) teria que acomodar essa maior igualdade entre o Norte global e o Sul global. Essa mudança na balança de poder é, por sua vez, o contexto no qual a busca de soluções para grandes problemas sistêmicos – como a gritante desigualdade de classes dentro dos países, a degradação ambiental e a mudança climática, bem como as garantias de segurança física e dignidade humana – irá se desenrolar nas próximas décadas.

## **Protestando contra a desigualdade dentro dos países**

Um tema recorrente que tem animado os movimentos de protesto durante a última década é a extrema desigualdade social. Para o movimento Occupy Wall Street, que se espalhou do Parque Zucotti, perto de Wall Street, para 951 cidades em 82 países em 2011 (MILKMAN; LUCE; LEWIS, 2013), uma das principais queixas dos manifestantes foi a desigualdade extrema – sintetizada no *slogan* dos 99% contra o 1%. Nos anos seguintes ao movimento Occupy Wall Street, a desigualdade de classes tornou-se ainda mais descomunal na maioria dos países, provocando um outro levante mundial em 2019. Eclodiram protestos em Hong Kong, Índia, Chile, Colômbia, Bolívia, Líbano, Irã e Iraque, deixando comentaristas lutando para identificar sua temática comum. “Mas existe uma”, escreve Michael Massing (2020): “fúria por ter sido deixado para trás. Em cada uma das instâncias, o acendedor pode ter sido diferente, mas o fogo vem sendo (na maioria dos casos) alimentado pela enorme desigualdade produzida pelo capitalismo global”.

Enquanto os “acendedores” foram variados e “aparentemente modestos” – um aumento na tarifa do metrô no Chile, uma taxa sobre ligações pelo WhatsApp no Líbano, cortes nos subsídios de combustível no Irã e no Equador, e aumentos de preços de pão e cebola, respectivamente no Sudão e na Índia – “esses levantes não se referem apenas a alguns centavos aqui e ali. Trata-se de uma maioria cada vez maior da população global que se tornou farta dos aumentos no custo de vida, dos baixos salários, [e] da erosão de confiança no setor público”. (SILK, 2019).

O início do século XXI foi marcado também por um retorno de movimentos trabalhistas, mas em novos locais industriais e geográficos. Houve grandes ondas de greves acarretadas por novas classes de trabalhadores – particularmente no Leste e no Sul da Ásia – que tinham sido “formadas” no processo de reestruturação neoliberal da economia mundial (KARATASLI *et al.*, 2015, p. 191). A China, especialmente, emergiu como um novo epicentro dos movimentos trabalhistas mundiais. Como observa Friedman (2012): “Embora não haja estatísticas oficiais, é certo que milhares, se não dezenas de milhares, de greves acontecem a cada ano... com muitos grevistas obtendo significativos aumentos salariais acima e além de quaisquer exigências legais” (veja também SILVER; ZHANG, 2009).

Mesmo no Norte global, temos visto um aumento da militância trabalhista entre os setores da classe trabalhadora que cresceram em tamanho e centralidade no decorrer das últimas décadas, mais notadamente os trabalhadores imigrantes e os de minorias étnicas. A maioria desses trabalhadores está “concentrada em trabalhos precários e de baixos salários em indústrias como serviço doméstico, agricultura, manufatura de alimentos e vestuário, hotelaria e restaurantes, e construção civil”. No processo, a luta pelos direitos de imigrantes está entrelaçada com a luta pelos direitos trabalhistas (MILKMAN, 2011); por exemplo, com os sindicatos americanos sendo levados a lutar em nome de seus membros contra as batidas de deportação na era Trump (ELK, 2018).

A ascensão de novas classes trabalhadoras no Norte global e no Sul global foi acompanhada pelo “desmonte” das classes trabalhadoras industriais sindicalizadas, bem remuneradas e esmagadoramente brancas, que foram sócias juniores na ordem hegemônica mundial do século XX. Abandonadas pelo capital por locais mais baratos ou, no caso dos trabalhadores do setor público, vendo seu bem-estar corroído pelo esvaziamento das funções governamentais, esses trabalhadores têm travado lutas defensivas. Os protestos pós-2008 contra a austeridade na Europa são particularmente dignos de atenção, mas longe de serem os únicos exemplos de tais lutas defensivas (KARATASLI *et al.*, 2015, p. 190-191). Ao mesmo tempo, temos visto um aumento dos protestos dos desempregados e dos empregados irregulares (ou, para usar o termo de Marx, a “população excedente relativa permanente”). Essa parte da classe trabalhadora desempenhou um papel proeminente (e frequentemente minimizado) no Egito, na Tunísia, no Bahrein e no Iêmen durante a primavera árabe de 2011 (veja KARATASLI *et al.*, 2015, p. 192-3) e mais além.

Uma nova visão radical para o século XXI é necessária para enfrentar esses desafios vindos das camadas inferiores. A promessa hegemônica americana de consumo em massa e desenvolvimento nunca foi viável dentro do contexto do capitalismo histórico. A afirmação de Wallerstein (1995) de que o capitalismo não poderia acomodar as “demandas combinadas do Terceiro Mundo (por relativamente pouco por pessoa, mas para muitas pessoas) e [da] classe trabalhadora ocidental (para relativamente poucas pessoas, mas muito por pessoa)”, permanece verdadeira hoje. O desafio para o século XXI é incorporar, com credibilidade, a crescente e profunda variedade de classes e movimentos de trabalhadores que exigem maior igualdade, tanto entre como dentro dos países. É desnecessário dizer que esses fatores impedem um simples retorno ao modelo hegemônico mundial dos Estados Unidos do século XX.

## **A luta contra a degradação ambiental e a mudança climática**

Todas as hegemonias mundiais anteriores do capitalismo histórico se basearam na externalização dos custos de

reprodução do trabalho e da natureza. O mundo natural foi tratado como um insumo sem custos, enquanto a lucratividade sistêmica dependia do pagamento de valores abaixo do custo total da reprodução de sua própria força de trabalho à maioria dos trabalhadores do mundo. A externalização dos custos de reprodução da mão de obra e do uso da natureza foi levada ao extremo com o modelo altamente intensivo em recursos e perdulário associado ao “modo de vida americano”.

Há quase um século, Mohandas Gandhi reconheceu a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista ocidental. Ele escreveu: “O imperialismo econômico de uma única e minúscula nação insular [a Inglaterra] está hoje [1928] mantendo o mundo acorrentado. Se uma nação inteira de 300 milhões [a população da Índia na época] passasse por uma exploração econômica semelhante, isso despojaria o mundo como uma nuvem de gafanhotos” (1928 *apud* GUHA, 2000).

A ameaça existencial representada pela promessa hegemônica de universalizar o estilo de vida americano – fundamentalmente uma versão atualizada da crítica de Gandhi – foi adotada por ativistas ambientais e da mudança climática, cujo movimento ganhou impulso durante a última década, culminando na greve climática mundial de estudantes e jovens, em setembro de 2019. Como relatado pelo *The New York Times*, em cidades do mundo inteiro de Berlim a Melbourne, em Manila, Kampala, Nairobi, Mumbai e Rio – o número de grevistas se encontrava facilmente nas dezenas de milhares, e em muitas cidades, nas centenas de milhares. “Raramente, se é que alguma vez, o mundo moderno testemunhou um movimento juvenil tão grande e amplo, abrangendo sociedades ricas e pobres, unidas por um senso comum de repulsa, ainda que incipiente (SENGUPTA, 2019).

## **Demandas por segurança física e dignidade**

Discursando na greve climática de 2019 em Nova York, a jovem ativista do clima Greta Thunberg declarou: “Exigimos um futuro seguro. Isso é pedir muito?”.

De fato, promessas viáveis de segurança são fundamentais para todas as hegemonias mundiais. Hoje, as ameaças à segurança são múltiplas, crescentes e interligadas. Constantes conflitos, embora de intensidade relativamente baixa, assolam todo o mundo, ocasionando a maior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, movimentos neofascistas e de extrema-direita têm ressurgido, culpando refugiados e imigrantes pelas inseguranças (reais e imaginárias) das populações dos países receptores (SCHULTHEIS, 2019; BECKER, 2019). A mudança climática, o militarismo, e a crise dos refugiados estão todos interligados num círculo vicioso que alimenta a dinâmica do caos sistêmico do século XXI.

Todos esses processos estão se desenrolando no contexto das enormes desigualdades que cresceram conjuntamente com o declínio da ordem mundial hegemônica dos Estados Unidos. A pandemia global da covid-19 está colocando em evidência essa desigualdade social àqueles que ainda não a conseguiam ver (FISCHER e BUBOLA, 2020). Meagan Day comparou adequadamente a relação entre a pandemia e a desigualdade com a análise dos fluxos de água com corantes:

Um rio só parece um rio até que o corante seja adicionado, e o corante revela como as características estruturais do leito do rio direcionam o curso da água em trajetórias específicas. Uma pandemia é assim ... [ela] mostra como a estrutura do nosso sistema [social] influi nas diferentes direções que as pessoas podem tomar, dependendo de sua localização a montante. Isso já acontecia antes, mas agora é de uma cor brilhante para todos verem. (DAY, 2020).

Da mesma maneira, a pandemia global realçou as falhas preexistentes na ordem mundial – a elevação da desigualdade, insegurança no emprego e na subsistência, a crise dos refugiados e a ameaça iminente da mudança climática – tornando-as falhas agora claras, “para todos verem”. Com o fechamento das fronteiras e a paralisação da economia mundial, os danos colaterais da pandemia na forma da disparada do desemprego e da evaporação dos (já) precários meios de subsistência foram avassaladores em escala e alcance.

À medida que o caos sistêmico global se aprofunda, há, nas palavras de Arrighi, uma crescente “demanda por ordem – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem!” (2010 [1994], p. 31). A resposta inicial vinda de cima tem sido a de acelerar uma mudança global já em curso para formas cada vez mais coercivas de governo. Ao entrarmos na terceira década do século XXI, a proliferação de poderes executivos emergenciais, de ordens de confinamento impostas pela polícia e o deslocamento doméstico de forças militares para lidar com as consequências da pandemia – inclusive as ondas antecipadas de protesto social – estiveram entre os sinais dessa tendência. No entanto, tais desvios rumo à coerção e distantes do consentimento, como argumentado acima, provavelmente vão aprofundar ainda mais o caos sistêmico global.

## **A oferta de hegemonia mundial no século XXI**

“Que tipo de hegemonia, se houver, pode emergir em nosso mundo atual de proliferantes desafios globais e profundas mudanças sistêmicas?”

Os argumentos apresentados nos leva a um conjunto de respostas interconectadas. Concordamos com a afirmação de que a resposta a essa pergunta requer “reimaginar o poder na política global”. No entanto, argumentamos também que essa reimaginação não é um fenômeno novo; ao contrário, cada hegemonia mundial sucessiva do capitalismo histórico trouxe consigo uma reimaginação análoga de poder na política global. Sucessivos poderes hegemônicos responderam aos desafios globais promovendo “recorrentes reestruturações fundamentais [do sistema mundial moderno]” (ARRIGHI, 2010 [1994], p. 31-2).

Temos argumentado que uma força motriz central por trás da sucessiva reestruturação do capitalismo global – e da reimaginação das hegemonias mundiais – tem sido os desafios postos por grandes ondas de protestos sociais em escala mundial. A Revolução Haitiana e as revoltas em massa dos povos escravizados nas Américas no final do século XVIII forçaram o poder hegemônico em ascensão (o Reino Unido) a “reimaginar” o capitalismo global sem um de seus pilares fundamentais, a escravidão nas plantações. O recrudescimento dos movimentos trabalhistas, das revoluções socialistas e dos movimentos de libertação nacional na primeira metade do século XX forçou o poder hegemônico em ascensão (os Estados Unidos) a “reimaginar” o capitalismo global sem os pilares fundamentais do colonialismo formal e restrição do exercício democrático aos detentores de propriedades. A última onda global de protestos sociais no início do século XXI também exigirá que qualquer poder hegemônico aspirante reimagine a hegemonia de forma fundamental (SILVER; SLATER, 1999).

A questão que devemos levantar aqui, no entanto, é se já alcançamos os limites da “reimaginação” da hegemonia dentro de um sistema mundial capitalista. Uma característica comum de todas as hegemonias mundiais anteriores – holandesa, britânica, americana – é que elas sucederam em encontrar soluções reformistas para os desafios revolucionários lançados pelos movimentos de massa vindos das camadas inferiores. Em outras palavras, cada hegemonia sucessiva conseguiu estabelecer as bases para uma nova e importante expansão do sistema mundial capitalista. Elas foram, por um tempo, capazes de resolver a contradição fundamental entre lucratividade e legitimidade que tem caracterizado o capitalismo histórico.

Com a subsequente “aceleração da história social” – com os protestos hoje emanados de uma gama ainda mais ampla e profunda de movimentos sociais – levanta-se a questão de saber se outra hegemonia mundial pode ser imaginada, e mais ainda de ser implementada com sucesso, dentro do contexto do capitalismo global. Dito de outro modo, é possível encontrar uma solução reformista viável para os desafios postos pelos movimentos de massa de hoje?

Até recentemente, quaisquer tentativas reformistas nesse sentido não estavam na agenda da maioria das elites governamentais e empresariais globais; ao contrário, medidas coercitivas e o redobramento do projeto neoliberal estavam na ordem do dia (SILVER, 2019). No entanto, as consequências da pandemia global (que, por sua vez, veio na esteira de uma década de escalada de protestos sociais mundiais) podem ter finalmente abalado a confiança dos que estão no poder. Assim, por exemplo, o Conselho Editorial do *Financial Times* (2020) opinou a respeito: “Reformas radicais [análogas às que foram feitas nas décadas após a Segunda Guerra Mundial] precisarão ser colocadas sobre a mesa” para “oferecer um contrato social que beneficie a todos”. Essencialmente, eles propõem um retorno aos pactos sociais de meados do século XX que sustentaram a hegemonia mundial liderada pelos Estados Unidos.

Independentemente de se tais pedidos por “reformas radicais” por parte das elites globais desapareçam ou cresçam com o tempo, um retorno à solução de meados do século XX não é sustentável. De fato, como argumentado acima, o projeto hegemônico americano – que proclamou seu objetivo de universalização do estilo de vida americano – caiu numa crise combinada de lucratividade e legitimidade apenas duas décadas após seu lançamento.

Como Gramsci observou em outro contexto: “Hegemonia (sob o capitalismo) pressupõe que o grupo líder deva fazer sacrifícios de algum tipo econômico-empresarial. Mas também não há dúvida de que tais sacrifícios e comprometimentos não podem tocar o essencial; pois embora a hegemonia seja ético-política, ela também deve ser econômica, deve necessariamente basear-se na função decisiva exercida pelo grupo dirigente no núcleo decisório da atividade econômica” (1971, p. 161).

Dessa forma, sem um compromisso claro de priorizar a proteção dos seres humanos e da natureza em detrimento da busca



pela rentabilidade, assim que o contrato social comece a ameaçar a lucratividade (como ocorreu nos anos 1960 e 1970), ele seria novamente abandonado pelas camadas superiores (SILVER, 2019). Uma nova hegemonia mundial exigiria, em lugar disso, uma reimaginação radical do poder mundial e da política global. Os movimentos sociais desempenharão sem dúvida um papel-chave nesse processo, seja diretamente, seja gerando pressões transformadoras sobre os estados hegemônicos aspirantes. De qualquer maneira, uma séria “reimaginação” das “estratégias, estruturas organizacionais e ideologias”, incluindo o “internacionalismo”, dos movimentos, é necessária (KARATASLI, 2019) se quisermos nos erguer coletivamente à altura da tarefa de fornecer soluções sistêmicas para os problemas sistêmicos deixados para trás pela hegemonia mundial dos Estados Unidos.

\***Beverly J. Silver** é professora do Departamento de Sociologia e diretora do Arrighi Center for Global Studies da Johns Hopkins University.

\***Corey R. Payne** é doutorando em sociologia na Johns Hopkins University (Baltimore, EUA).

Tradução: **Raquel Coelho e Ísis Camarinha.**

Publicado originalmente na revista *ReOriente*, vol. 1, n.º 1.

## Referências

ANDERSEN, Kurt. The protester. *Time*, 14 dez. 2011.

ANDERSON, Perry. *The H-Word: the peripeteia of hegemony*. London: Verso, 2017.

ARRIGHI, Giovanni. A crisis of hegemony. In: AMIN, Samir.; ARRIGHI, Giovanni.; FRANK, André G.; WALLERSTEIN, Immanuel. (ed.). *Dynamics of Global Crisis*. New York: Monthly Review Press, 1982.

ARRIGHI, Giovanni. *The Long Twentieth Century: money, power, and the origins of our times*. London: Verso, 2010 [1994].

ARRIGHI, Giovanni.; SILVER, Beverly J. *Chaos and Governance in the Modern World-System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

BECKER, Jo. The global machine behind the rise of farright nationalism. *The New York Times*, 10 ago. 2019.

BRAUDEL, Fernand. *The Perspective of the World: Civilization & Capitalism, 15th-18th Century*. New York: Harper and Row, 1984.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method.

*Millennium Journal of International Studies*, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

COX, Robert W. *Production, Power, and World Order: social forces in the making of history*. New York: Columbia University Press, 1987.

DAY, Meagan. 16 mar. 2020. Twitter: @meaganmday. Disponível em: <https://twitter.com/meaganmday/status/123965777373765255168>.

DIEHL, Jackson. From Hong Kong to Chile, 2019 is the year of the street protester. But why? *The Washington Post*, 27 out. 2019.

ELK, Mike. Undocumented workers find new ally as unions act to halt deportation. *The Guardian*. 22 mar. 2018.

FINANCIAL TIMES EDITORIAL BOARD. Virus lays bare the frailty of the social contract. *Financial Time*. 3 abr. 2020.

FISHER, M.; BUBOLA, E. As coronavirus deepens inequality, inequality worsens its spread. *The New York Times*. 16 mar. 2020.

FRIEDMAN, Eli. China in revolt. *Jacobin Magazine*. 1 ago. 2012.

GILL, Stephen. Hegemony, consensus and trilateralism. *Review of International Studies*. v.12, p. 205-221, 1986.

GILL, Stephen. (Ed.) *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

GILL, S.; LAW, D. *The Global Political Economy: perspectives, problems and policies*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1988.

- GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. Nova York: International Publishers, 1971.
- GUHA, Ramachandra. *Environmentalism: A global history*. Nova York: Longman, 2000.
- JOHNSON, Keith. 2019: A year of global protest. *Foreign Policy*. 23 dez. 2019.
- KARATASLI, Sahan Savas. The twenty-first century revolutions and internationalism: a world historical perspective. *Globalizations*. v. 16, n. 7, p. 985-997, 2019. DOI: 10.1080/14747731.2019.1651525.
- KARATASLI, Sahan Savas et al. Class, crisis, and the 2011 protest wave: cyclical and secular trends in global labor unrest (p. 184-200). In: WALLERSTEIN, I.; CHASE-DUNN, C.; SUTER, C. (Eds.). *Overcoming Global Inequalities*. Londres: Paradigm Publishers, 2015.
- KEOHANE, Robert O. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984.
- MASSING, Michael. Most political unrest has one big root cause: soaring inequality. *The Guardian*. 24 jan. 2020.
- McMICHAEL, Philip. *Development and Social Change: a global perspective*. Los Angeles: Sage, 2012.
- MILKMAN, Ruth. Immigrant workers, precarious work, and the US labor movement. *Globalizations*. v. 8, n. 3, p. 361-372, 2011.
- MILKMAN, R.; LUCE, S.; LEWIS, P. *Changing the subject: a bottom-up account of Occupy Wall Street in New York City*, 2013. Disponível em: <https://portside.org/201301-30/changing-subject-bottom-account-occupy-wall-street-new-york-city>.
- POLANYI, Karl. *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 2001 [1944]. POPOV, V.; DUTKIEWICZ, P. (Eds.) *Mapping a New World Order: the rest beyond the west*. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 2017.
- RACHMAN, Gideon. 2019: the year of street protest. *The Financial Times*. 23 dez. 2019.
- ROBINSON, William. *Global Capitalism and the Crisis of Humanity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- SCHMALZ, S.; SOMMER, B.; XU, H. The Yue Yuen strike: industrial transformation and labour unrest in the Pearl River Delta. *Globalizations*. v. 14, n. 2, p. 285-297, 2016. SCHULTHEIS, Emily. The small-town disputes that fuel Germany's far right. *The Atlantic*. 2 set. 2019.
- SENGUPTA, Somini. Protesting climate change, young people take to streets in a global strike. *The New York Times*. 21 set. 2019.
- SILK, Zach. Protests in Chile around subway fare hikes are just another example of how economic inequality has become a global crisis. *Business Insider*. 20 dez. 2019.
- SILVER, Beverly J. *Forces of Labor: workers' movements and globalizations since 1870*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SILVER, Beverly J. Plunges into utter destruction and the limits of historical capitalism (p. 35-45). In: ATZMULLER, R. et al. (Eds.) *Capitalism in Transformation: movements and counter movements in the 21st Century*. Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 2003.
- SILVER, B. J.; ARRIGHI, G. The end of the long twentieth century (p. 53-68.). In: CALHOUN, C.; DERLUGUIAN, G. (Eds.). *Business as Usual: the roots of the global financial meltdown*. New York: New York University Press, 2011.
- SILVER, B.; SLATER, E. *The social origins of the world hegemony* (p. 151-216). In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. *Chaos and Governance in the Modern World-System*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- SILVER, B. J.; ZHANG, L. China as an emerging epicenter of world labor unrest (p. 174-18). In: HUNG, Ho-Fung (Ed.). *China and the Transformation of Global Capitalism*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2009.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Politics of the World-Economy: the states, the movements, and the civilizations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Response: declining states, declining rights? *International Labor and Working-Class History*. v. 47, p. 24-27, 1995.

WALSH, D.; FISCHER, M. From Chile to Lebanon, protests flare over wallet issues. *The New York Times*. 23 out. 2019.

WRIGHT, Robin. The story of 2019: protests in every corner of the globe. *The New Yorker*. 30 dez. 2019.

A Terra é Redonda